



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL
ESTADO DO MARANHÃO**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010**

**SÃO LUÍS/MA
MARÇO/2011**



RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010

RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL DO EXERCÍCIO DE 2010 APRESENTADO AOS ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO COMO PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL A QUE ESTA UNIDADE ESTÁ OBRIGADA NOS TERMOS DO ART. 70 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ELABORADO DE ACORDO COM AS DISPOSIÇÕES DA IN TCU Nº 63/2010, DA DN TCU Nº 107/2010, DA PORTARIA TCU Nº 277/2010 E DAS ORIENTAÇÕES DA PORTARIA CGU Nº 2.546/2010.

**SÃO LUÍS/MA
MARÇO/2011**



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL
ESTADO DO MARANHÃO

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Ministro de Estado da Justiça

José Eduardo Cardozo

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

Diretor Geral

Hélio Cardoso Derenne

18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

Superintendente

Inacio Castro Junior

Superintendente Substituta e Chefe do Núcleo de Apoio Técnico

Tereza Nascimento Pereira

Corregedor Regional

Afonso Pio Lima Furtado

Chefe da Seção Administrativa e Financeira

Deuzulina Madalena Diniz Santana

Chefe da Seção de Recursos Humanos

Eduardo José Mendonça Lima

Chefe da Seção de Policiamento e Fiscalização

Mervaldo de Jesus Souza Machado

Chefe do Núcleo de Comunicação

Júlio César Moreira Henriques

Chefe do Núcleo de Inteligência

José Luís Martins Pereira

Elaboração:

Inacio Castro Junior

Superintendente

Março/2011



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL
ESTADO DO MARANHÃO

18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL



MISSÃO

PRESERVAR A VIDA, O MEIO AMBIENTE, A ORDEM PÚBLICA E O PATRIMÔNIO, EXERCENDO PAPÉIS PROEMINENTES NA PROMOÇÃO DA CIDADANIA, DOS DIREITOS HUMANOS, DOS VALORES DEMOCRÁTICOS, DA INTEGRAÇÃO NACIONAL E NA MOBILIDADE DAS PESSOAS E BENS

VISÃO

SER RECONHECIDA NACIONAL E INTERNACIONALMENTE COMO INSTITUIÇÃO DE ALTA CREDIBILIDADE, EFETIVIDADE E COMPETÊNCIA NA PREVENÇÃO DE ACIDENTES DE TRÂNSITO E DE CRIMES, EM ARTICULAÇÃO COM A SOCIEDADE, NA PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS, DA CIDADANIA E DOS VALORES DEMOCRÁTICOS

VALORES

HONESTIDADE, TRANSPARÊNCIA, CORAGEM, FIRMEZA, LEALDADE, LIDERANÇA, SOLIDARIEDADE, ÉTICA, RESPONSABILIDADE, EQUIDADE, CIDADANIA E COMPROMISSO



SUMÁRIO

Introdução	10
A – Conteúdo Geral	
1. Identificação e Estrutura da Unidade	11
1.1. Identificação	11
1.2. Estrutura Orgânica e Operacional	12
1.3. Malha Viária e Recursos Humanos	13
2. Planejamento e Gestão Orçamentária e Financeira	13
2.1. Responsabilidades Institucionais	13
2.1.1. Competência Institucional	13
2.1.2. Objetivos Estratégicos	15
2.2. Estratégia de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais	16
2.2.1. Análise do Andamento do Plano Estratégico	16
2.2.2. Análise do Plano de Ação	17
2.3. Programas de Governo sob a Responsabilidade da Unidade	19
2.3.1. Execução dos Programas de Governo	19
2.3.1.1. Análise Crítica da Execução dos Programas	21
2.3.2. Execução Física das Ações de Governo Realizadas	23
2.3.2.1. Análise Crítica da Execução das Ações	24
2.4. Desempenho Orçamentário e Financeiro	26
2.4.1. Programação Orçamentária das Despesas.....	26
2.4.1.1. Programação de Despesas Correntes	26
2.4.1.2. Programação de Despesas de Capital	27
2.4.1.3. Quadro Resumo de Programação de Despesa	27
2.4.1.4. Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	28
2.4.2. Execução Orçamentária das Despesas	28
2.4.2.1. Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ	28
2.4.2.2. Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação	29
2.4.3. Indicadores Institucionais	30
3. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	31
4. Movimentação e Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	31
5. Composição de Recursos Humanos	32
5.1. Composição do Quadro de Servidores Ativos	32
5.2. Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas	34
5.3. Composição do Quadro de Estagiários	34
5.4. Custos Associados à Manutenção de Recursos Humanos	35
5.5. Locação de Mão de Obra Mediante Contrato de Prestação de Serviços	36
5.6. Indicadores Gerenciais de Recursos Humanos	37
6. Transferências Mediante Convênios e Congêneres	37
7. Declaração que Contratos e Congêneres estão Disponíveis e Atualizados	38
8. Cumprimento da Obrigação de Entrega das Declarações de Bens e Renda.....	39
9. Funcionamento do Sistema de Controle Interno	40
10. Sustentabilidade Ambiental	41
11. Gestão do Patrimônio Imobiliário	43
12. Gestão de Tecnologia da Informação	45



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL
ESTADO DO MARANHÃO

13.	Utilização de Cartões de Pagamentos do Governo Federal	46
14.	Renúncia Tributária	46
15.	Atendimento de Deliberações do Tribunal de Contas da União	46
16.	Tratamento das Recomendações da Unidade de Controle Interno	46
17.	Informações Relevantes – Conclusão	46
B – Informações Contábeis da Gestão		
1.	Declaração do Contador	47



LISTA DE QUADROS

Quadro A.1.1	Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual	11
Quadro A.1.3.1	Média de Quilômetros por Posto	13
Quadro A.1.3.2	Número de Servidores	13
Quadro A.2.1.1	Demonstrativo da Execução do Programa de Governo 0663	19
Quadro A.2.1.2	Demonstrativo da Execução do Programa de Governo 1386	20
Quadro A.2.1.3	Demonstrativo da Execução do Programa de Governo 0750	20
Quadro A.2.2	Execução Física das Ações Realizadas pela UJ	23
Quadro A.2.3	Identificação das Unidades Orçamentárias	26
Quadro A.2.4	Programação de Despesas Correntes	26
Quadro A.2.5	Programação de Despesas Capital	27
Quadro A.2.6	Quadro Resumo da Programação de Despesas	27
Quadro A.2.7	Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	28
Quadro A.2.11	Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação	29
Quadro A.2.12	Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação	29
Quadro A.2.13	Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação	30
Quadro A.4.1	Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	31
Quadro A.5.1	Composição do Quadro de Recursos Humanos – Situação Apurada em 31/12/2010	32
Quadro A.5.2	Composição do Quadro de Recursos Humanos por Faixa Etária – Situação Apurada em 31/12/2010	33
Quadro A.5.3	Composição do Quadro de Recursos Humanos por Nível de Escolaridade – Situação Apurada em 31/12/2010	33
Quadro A.5.4	Composição do Quadro de Servidores Inativos – Situação Apurada em 31/12/2010	34
Quadro A.5.5	Composição do Quadro de Instituidores de Pensão – Situação Apurada em 31/12/2010	34
Quadro A.5.6	Composição do Quadro de Estagiários	34
Quadro A.5.7	Quadro de Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2008, 2009 e 2010	35
Quadro A.5.8	Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva	36
Quadro A.5.9	Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra	36
Quadro A.5.10	Distribuição do Pessoal Contratado Mediante Contrato de Prestação de Serviço com Locação de Mão de Obra	37
Quadro A.9.1	Estrutura de Controles Internos da UJ	40
Quadro A.10.1	Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	41
Quadro A.11.1	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	43
Quadro A.11.2	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros	43
Quadro A.11.3	Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ	44
Quadro A.12.1	Gestão de TI da UJ	45



LISTA DE FIGURAS E GRÁFICOS

Figura 1	Organograma institucional	12
Gráfico 1	Malha Viária	13
Gráfico 2	Decréscimo do número de servidores	13



LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

RG	Relatório de Gestão
IN	Instrução Normativa
DN	Decisão Normativa
TCU	Tribunal de Contas da União
CGU	Controladoria-Geral da União
MJ	Ministério da Justiça
DPRF	Departamento de Polícia Rodoviária Federal
18ª SRPRF	18ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal
PORT	Portaria
UJ	Unidade Jurisdicionada
OM	Instrução de Serviço
IS	Instrução de Serviço
OS	Ordem de Serviço
COINT	Coordenação de Inteligência
SEST/SENAT	Serviço Social do Transporte/Serviço Nacional de Aprendizagem de Transporte
FETRAN	Festival Temático Teatro para o Trânsito
NOE	Núcleo de Operações Especiais
DENATRAN	Departamento Nacional de Trânsito
RENAINF	Registro Nacional de Infrações de Trânsito
JARI	Junta Administrativa de Recursos de Infrações
CADA	Comissão de Análise de Defesa de Autuação
ANTT	Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes
ABIN	Agência Brasileira de Inteligência
NUAI	Núcleo de Assuntos Internos
CR	Corregedoria Regional
SAMU	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
CRET	Comissão Regional de Educação para o Trânsito
SRH	Seção de Recursos Humanos
SPF	Seção de Policiamento e Fiscalização
CTB	Código de Trânsito Brasileiro



INTRODUÇÃO

A 18ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal no Estado do Maranhão, nos termos do art. 70 da Constituição Federal, apresenta o Relatório de Gestão Individual relativo ao exercício de 2010, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa nº 63/2010-TCU, da Decisão Normativa nº 107/2010-TCU, da Portaria nº 277/2010-TCU e das orientações da Portaria nº 2456/2010-CGU, para subsidiar os órgãos de controle interno e externo quanto ao exame e julgamento da prestação de contas anual.

O presente relatório é composto por duas partes, sendo a primeira, com dezessete itens, referente às informações gerais sobre a gestão, e a segunda, com um item, apresentando as informações contábeis.

Relevante destacar que a gestão esteve direcionada ao cumprimento da missão institucional de proteger a vida das pessoas que utilizam as rodovias federais localizadas no Estado do Maranhão, em todas as modalidades de transporte e formas, a partir das metas estabelecidas para os indicadores do Programa Segurança Pública nas Rodovias Federais, do Plano Plurianual 2008-2011, tendo como suporte as ações relativas ao policiamento rodoviário e à fiscalização de trânsito.

Outro aspecto importante a destacar, foi a operacionalização do Programa Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal, como forma de oferecer meios adequados para o bom desempenho das atividades-fins institucional, representados pela infraestrutura e logística material das unidades operacionais.

Em que pesem as dificuldades, relacionadas, principalmente, à deficiência de recursos humanos e à falta de autonomia orçamentária, a Unidade realizou uma gestão que cumpriu as metas dos principais indicadores de desempenho, notadamente os relacionados à sensação de segurança, à taxa de acidentes e à taxa de moralidade.



A – CONTEÚDO GERAL

1. IDENTIFICAÇÃO E ESTRUTURA DA UNIDADE

1.1. IDENTIFICAÇÃO

QUADRO A.1.1. IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça			Código SIORG: 316
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Décima-Oitava Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal			
Denominação abreviada: SRPRF-MA			
Código SIORG: 003681	Código LOA: 30107		Código SIAFI: 200124
Situação: Em funcionamento			
Natureza Jurídica: Administração Direta			
Principal Atividade: Segurança Pública			Código CNAE: 8424-8/00
Telefones/Fax de contato:	Tel: 98 3244 5376	Fax: 98 3244 5372	Cel: 98 9128 9000
Endereço eletrônico: sup.ma@dprf.gov.br			
Página da Internet: www.dprf.gov.br			
Endereço Postal: BR 135, Km 01, nº 3737, Tirirical CEP 65.095-600, São Luís-MA			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
O Departamento de Polícia Rodoviária Federal foi criado pela Lei nº 8028, de 12 de abril de 1990, e pelo Decreto nº 11, de 18 de janeiro de 1991.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Portaria nº 1.375/2007, de 02 de agosto de 2007, do Ministro de Estado da Justiça, publicada no D.O.U de 06 de agosto de 2007, que aprovou o Regimento Interno do DPRF/MJ			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Não há			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
-	Não há		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
-	Não há		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
200124		0001	



A 18ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal integra a estrutura orgânica do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, órgão vinculado ao Ministério da Justiça, e está localizada no Estado do Maranhão, com sede na cidade de São Luís.

1.2. ESTRUTURA ORGÂNICA E OPERACIONAL

A estrutura orgânica é composta por seções, delegacias e núcleos, que são responsáveis pelo desenvolvimento das atividades administrativo-burocráticas e finalísticas relacionadas ao policiamento e à fiscalização de trânsito.

As seções e os núcleos funcionam na sede da Superintendência e as delegacias estão localizadas nas cidades de São Luís, Santa Inês, Caxias, Imperatriz e Balsas. Em cada delegacia funciona um núcleo de policiamento e fiscalização. A estrutura operacional é complementada por 12 postos vinculados às Delegacias. Tendo em vista não haver unidade operacional instalada na cidade de Balsas, as ações de policiamento rodoviário e de fiscalização de trânsito são realizadas a partir da sede da Delegacia.

A estrutura operacional está representada pela Seção de Policiamento e Fiscalização, integrada pelos Núcleos: Operações Especiais, Multas e Penalidades e Registro de Acidentes e Medicina Rodoviária, e pelas Delegacias, cada uma composta com um Núcleo de Policiamento e Fiscalização.

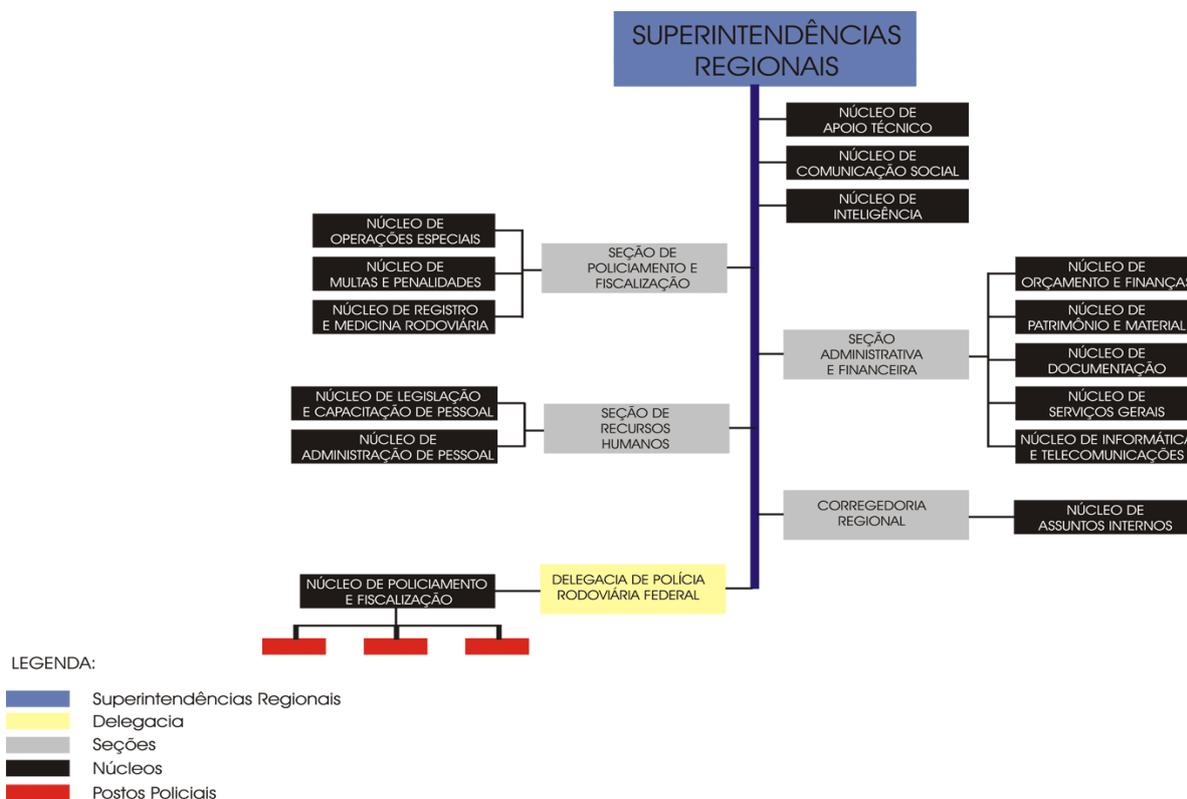


Figura 1 Organograma institucional



1.3. MALHA VIÁRIA E RECURSOS HUMANOS

A Unidade exerce sua atuação institucional em sete rodovias federais que compõem a malha viária federal no Estado do Maranhão, com 3.433,7 quilômetros de extensão.

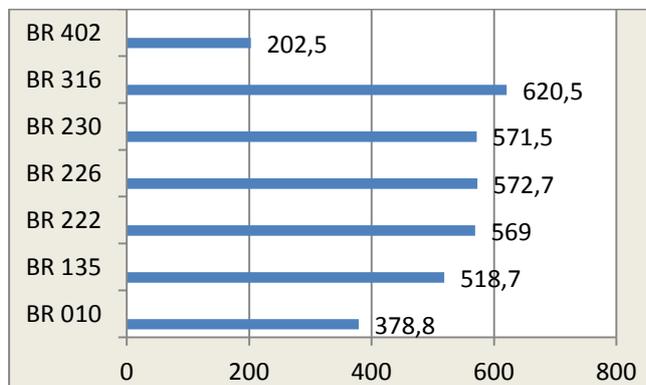


Gráfico 1 Malha Viária

Rodovias	Km	Postos	Km/posto
BR 010	378,8	02	189,4
BR 135	518,7	02	259,4
BR 222	569,0	02	284,5
BR 226	572,7	00	00
BR 230	571,5	01	751,5
BR 316	620,5	05	124,1
BR 402	202,5	00	00
Total	3.433,7	12	286,1

Quadro A.1.3.1 Média de quilômetros por posto

A unidade dispõe de 258 servidores integrantes do quadro ativo para o desempenho de suas atribuições, que envolvem atividades administrativo-burocráticas e finalísticas, sendo que o efetivo disponível para atender às ações de policiamento e fiscalização é dividido em quatro contingente menores, devido ao regime de trabalho sob escala de revezamento de 24 horas de serviço por 72 horas de folga.

Unidades	Km	Postos	Servidores
1ª Delegacia	588,1	03	66
2ª Delegacia	586,3	03	41
3ª Delegacia	744,9	02	35
4ª Delegacia	761,6	03	41
5ª Delegacia	752,8	01	16
Sede	-	-	59
Total	3.433,7	12	258

Quadro A. 1.3.2. Número de servidores

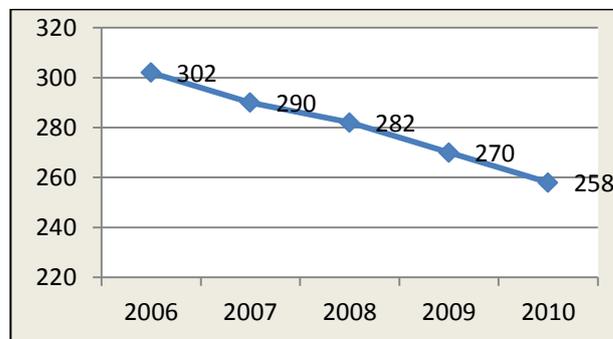


Gráfico 2 Decréscimo do número de servidores

2. PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

2.1. RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

2.1.1. COMPETÊNCIA INSTITUCIONAL

As competências estão disciplinadas na Constituição Federal, art. 144, sendo devida à Instituição a competência de realizar o patrulhamento ostensivo nas rodovias e estradas federais para o desempenho das atribuições previstas no Código de Trânsito Brasileiro, Lei nº 9.503/1997, art. 20, no Decreto 1.655/1995, e no Regimento Interno aprovado pela Portaria Ministerial nº 1.375/2007, de 02 de agosto de 2007, assim discriminadas:



I – Executar operações relacionadas à Segurança Pública, objetivando preservar a ordem, a incolumidade das pessoas, o patrimônio da União e o de terceiros;

II - Exercer os poderes de autoridade de polícia de trânsito, cumprindo e fazendo cumprir a legislação e demais normas pertinentes; inspecionar e fiscalizar o trânsito, assim como, efetuar convênios específicos com outras organizações similares;

III - Aplicar e arrecadar as multas impostas por infrações de trânsito e os valores decorrentes da prestação de serviços de estadia e remoção de veículos, objetos, animais e escolta de veículos de cargas excepcionais;

IV - Executar serviços de prevenção, atendimento de acidentes e salvamento de vítimas nas rodovias federais;

V - Realizar perícias, levantamentos de locais de acidentes, boletins de ocorrências, investigações, testes de dosagem alcoólica e outros procedimentos estabelecidos em leis e regulamentos, imprescindíveis à elucidação dos acidentes de trânsito;

VI - Credenciar os serviços de escolta, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos, escolta e transporte de cargas indivisíveis;

VII - Assegurar a livre circulação nas rodovias federais, podendo solicitar ao órgão rodoviário a adoção de medidas emergenciais, bem como, zelar pelo cumprimento das normas legais relativas ao direito de vizinhança, promovendo a interdição de construções, obras e instalações não autorizadas;

VIII - Coletar dados estatísticos e elaborar estudos sobre acidentes de trânsito e suas causas, adotando ou indicando medidas operacionais preventivas e encaminhando-os ao órgão rodoviário federal;

IX - Implementar as medidas da Política Nacional de Segurança e Educação de Trânsito; promover e participar de projetos e programas de educação e segurança, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Trânsito;

X - Integrar-se a outros órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito para fins de arrecadação e compensação de multas impostas na área de sua competência, com vistas à unificação do licenciamento, à simplificação e à celeridade das transferências de veículos e de prontuários de condutores de uma para outra unidade da federação;

XI - Fiscalizar o nível de emissão de poluentes e ruídos produzidos pelos veículos automotores ou pela sua carga, de acordo com o estabelecido no art. 66 do CTB, além de dar apoio, quando solicitado, às ações específicas dos órgãos ambientais;

XII – Alienar veículos recolhidos e não reclamados, na forma da legislação em vigor;

XIII - Realizar, diretamente ou por meio de terceiros, na forma da lei, serviços de guincho;

XIV - Manter articulação com os órgãos do Sistema Nacional de Trânsito, de Transporte e de Segurança Pública, promovendo o intercâmbio de informações, objetivando o combate à violência no trânsito e à implementação de ações integradas de segurança pública;

XV - Executar, promover e participar das atividades de orientação e educação para a segurança no trânsito, bem como, desenvolver trabalho contínuo e permanente de prevenção de acidentes de trânsito;

XVI - Promover processos de recrutamento, seleção e atividades de capacitação de recursos humanos, bem como, demais atividades de ensino, na área de competência institucional;

XVII - Credenciar, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de guincho e remoção de veículos, de escolta de transporte de cargas superdimensionadas, indivisíveis e de produtos perigosos;



XVIII - Planejar e executar medidas de segurança para a escolta dos deslocamentos do Presidente da República, Ministros de Estado, Chefes de Estado, Diplomatas estrangeiros e outras autoridades, nas vias federais, quando solicitado pela autoridade competente;

XIX - Efetuar a fiscalização e o controle do tráfico de menores nas rodovias federais, adotando as providências cabíveis contidas na Lei nº 8.069/1990, de 13 junho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente;

XX - Colaborar e atuar na prevenção e repressão aos crimes contra a vida, os costumes, o patrimônio, a ecologia, o meio ambiente, os furtos e roubos de veículos e bens, o tráfico de entorpecentes e drogas afins, o contrabando, o descaminho e os demais crimes previstos em leis;

XXI - Elaborar o termo circunstanciado de ocorrências a que faz referência o parágrafo único do artigo 69 da Lei no 9.099/1995, de 26 de setembro de 1995, disciplinando o seu preenchimento a ser aprovado pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

2.1.2. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

A Instituição cumpre a missão de promover segurança pública nas rodovias e estradas federais, salvaguardando vidas através do desenvolvimento de ações visando prevenir acidentes e crimes. Os objetivos estratégicos são traduzidos pela diminuição proporcional do número de acidentes e vítimas, assim como, por proporcionar sensação de segurança aos usuários das rodovias e estradas federais em todas as formas de interação no trânsito. Para o alcance desses objetivos executa as ações dos programas governamentais 0663 – Segurança Pública nas Rodovias Federais e 1386 – Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal, do Plano Plurianual 2008-2011.

Quanto ao programa 0663, a Instituição alcançou todas as metas estabelecidas através de seus indicadores, referentes à taxa de variação de acidentes, à taxa de variação de mortalidade e à sensação de segurança, apesar das grandes dificuldades enfrentadas, principalmente, relativas ao número insuficiente de servidores disponíveis para a realização das atividades organizacionais, conforme pode ser verificado no gráfico 2, que demonstra o decréscimo da força de trabalho ao longo dos anos, inversamente proporcional ao aumento da frota circulante de veículos e ao incremento da criminalidade. O sucesso atingido foi resultado da atuação voltada para áreas territoriais prioritárias, assim consideradas por estarem localizados trechos rodoviários com densidade acentuada de volume de tráfego e que, conseqüentemente, registram maior número de acidentes. Quanto a esse aspecto, foi de fundamental importância o cumprimento da meta estabelecida para procedimentos fiscalização, relacionados à fiscalização de veículos, de pessoas e a testes de alcoolemia, que resultaram na abordagem de milhares de pessoas e de veículos, cujo efeito educativo e também coercitivo, contribuíram, sobremaneira, para o resultado alcançado.

Quanto ao programa 1386, não foi possível alcançar a meta estabelecida, relativamente à adequação física das unidades operacionais, devido, principalmente, à falta de disponibilidade orçamentária para o custeio de despesas e investimentos em infraestrutura física e logística material, sendo importante ressaltar que a falta de autonomia orçamentária tem se constituído em grande entrave à evolução em áreas prioritárias e estratégicas para o desenvolvimento institucional, destacando a tecnologia da informação, que envolvem sistemas de comunicação via rádio e de dados, pois os atuais não atendem às necessidades decorrentes das ações relacionadas ao policiamento rodoviário e à fiscalização de veículos e pessoas.



2.2. ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

2.2.1. ANÁLISE DO ANDAMENTO DO PLANO ESTRATÉGICO

Embora a Instituição tenha uma grande amplitude de atribuições, as ações voltadas à diminuição da violência no trânsito foram as que serviram de subsídios mais robustos para o estabelecimento do plano estratégico, formatado para atender ao cumprimento das metas estabelecidas a partir dos indicadores do programa Segurança Pública nas Rodovias Federais, considerando que o trânsito evidencia um fator estratégico para a economia nacional, pois a modalidade de transporte rodoviário é responsável pelo escoamento de maior parte da riqueza do país, ademais, os prejuízos relacionados às consequências dos acidentes de trânsito alcançam valores vultosos, algo em torno de 1,5% do Produto Interno Bruto, que poderiam ser aplicados no fomento da economia e nos programas voltados ao desenvolvimento social.

As vias de trânsito rodoviário do país estão abertas para uma frota aproximada de 64 milhões de veículos e são o local de morte de mais de 30 mil brasileiros anualmente, além dos milhares que morrem em hospitais e os que ficam lesados por toda a vida. Neste cenário, as rodovias e as estradas federais alcançam elevada importância na aplicação de programas nacionais, pois representam o elo de integração nacional.

Outros aspectos considerados na estratégia relacionam-se à extensa malha viária, de 3.433,7 quilômetros de rodovias federais que tem a Instituição a responsabilidade de fiscalizar, a estrutura operacional deficiente, contando com apenas 12 unidades operacionais, resultando em médias expressivas de quilometragem por posto (Quadro A.1.3.1) e o número reduzido de servidores disponíveis para as atividades finalísticas (Quadro A.1.3.2). Essa situação deficitária criou várias lacunas de trechos rodoviários em que a Instituição não mantém uma atuação permanente e efetiva, só se fazendo presente em eventos de destaque, como acidentes de grandes proporções, bloqueios rodoviários, acidentes naturais e ações criminosas relevantes. Existem casos em que a rodovia é totalmente desprovida dessa atuação permanente, como a BR 226 e a BR 402, que não dispõem de unidades operacionais.

A Instituição assume papel preponderante na execução de políticas públicas, pois a efetiva atuação visando à redução de acidentes e vítimas reflete uma significativa diminuição de gastos da Previdência Social e do sistema público de saúde com inválidos e com atendimento aos acidentados. Ademais, os leitos dos hospitais ficam à disposição para o atendimento de demandas provenientes de doenças naturais que acometem a população, que pode ser mais bem assistida.

Acrescente-se que a persecução da segurança no trânsito envolve diversificadas formas de atuação, destacando-se as ações educativas, que a cada ano assumem papel de grande relevância como fomentadora de uma maior consciência quanto à responsabilidade que cada cidadão deve ter quando estiver interagindo no trânsito.

Outro fator que evidencia a atividade institucional e que está inserido no programa que traduz a essencialidade do órgão é a violência crescente que tem trazido intranquilidade à sociedade brasileira, motivo pelo qual a Instituição assumiu a característica de organismo policial de enfrentamento do crime instalado ao longo das rodovias e a nas faixas de domínio.

O desempenho da grande amplitude de atribuições que representa os compromissos para com a Segurança Pública e a valorização da vida caracteriza a Polícia Rodoviária Federal como uma Instituição qualificada para executar múltiplas políticas de ações sociais, decorrentes de demandas de setores da Administração Pública e da própria sociedade.



2.2.2. ANÁLISE DO PLANO DE AÇÃO

O plano de ação foi concebido a partir das atribuições e responsabilidades institucionais, confrontadas com a sua estrutura viária, registros de ocorrências policiais, disponibilidade de recursos humanos e metas de programas governamentais, sendo estabelecido o fator presença como estratégia de ação para o alcance dos objetivos institucionais, a exemplo do que ocorreu no exercício de 2009, evidenciado pela efetiva atuação nos locais de maior densidade de tráfego e de incidência de crimes perceptíveis, sendo utilizados como meios o policiamento ostensivo, o cartão programa, a fiscalização criteriosa e qualitativa, a mídia e as ações de orientação quanto à segurança no trânsito.

Mais uma vez constata-se que a decisão foi acertada, pois, ao final do exercício foram alcançadas todas as metas estabelecidas para as ações do programa Segurança Pública nas Rodovias Federais, relacionadas à razão de existência institucional, pois refletem a proteção à vida.

Importante ressaltar as limitações para se estabelecer um plano de ação, tendo em vista as evidentes dificuldades, de toda ordem, para operacionalizá-lo, sendo a principal delas a falta de autonomia orçamentária, que aniquila muitas pretensões ligadas à prestação de um serviço eficiente e de qualidade, assim como, interfere muito negativamente no desenvolvimento institucional.

Para o desenvolvimento do plano de ação foram adotadas as seguintes estratégias:

- Para fins de alcance dos resultados institucionais, o principal mecanismo de trabalho deverá ser a abordagem de pessoas e veículos, devendo esta ser permeada por tratamento cortês, postura e apresentação individual adequadas, clareza e firmeza nas orientações;
- Implementar a educação de trânsito no ato da abordagem, difundindo dados estatísticos de acidentes de trânsito, devendo as atuações serem precedidas de esclarecimento das infrações cometidas e dos riscos que elas representam para a segurança no trânsito, de modo a contribuir para a mudança de comportamento dos condutores.
- Contribuir com o indicador “sensação de segurança” por meio da visibilidade, disponibilidade, divulgação das ações implementadas, qualidade e profissionalismo no atendimento das ocorrências;
- Incluir na fiscalização ao transporte de passageiros e cargas ações de combate ao crime, quando possível, com o emprego de equipes táticas;
- Informar aos passageiros, ao término da fiscalização, a importância do trabalho realizado e, sempre que possível, os dados relativos a apreensões de pessoas e drogas;
- Contemplar nos planejamentos operacionais as operações especiais e os comandos específicos, bem como, as operações relativas a eventos regionais e nacionais;
- Considerar, quando da elaboração do planejamento operacional, as informações relativas aos pontos críticos de ocorrências de acidentes e crimes;
- Fazer o planejamento específico das equipes de ronda e de Postos (Cartão-Programa). As equipes de ronda devem priorizar a fiscalização de infrações de deslocamento e a dos Postos as condições veiculares;
- Aumentar a eficiência das abordagens, estabelecendo um padrão;
- Controlar os trabalhos dos policiais para fins de avaliação de desempenho e qualidade do trabalho executado;
- Implementar a fiscalização de excesso de velocidade com emprego de equipamentos estáticos e portáteis e a fiscalização de alcoolemia com emprego de etilômetros;



- Implementar ações de fiscalização a motociclistas, principalmente em áreas urbanas;
- Desenvolver políticas de comandos ou operações especiais com uso do pessoal administrativo das sedes das regionais, mantendo atualizado os policiais da área administrativa;
- Realizar eventos de capacitação, abrangendo os temas direitos humanos, cidadania, ética e postura profissional, idiomas, comunicação e relações interpessoais;
- Melhorar as condições nos postos para atender aos usuários com mais eficiência, dotando-os de mapas, informações turísticas e equipamentos de informática.
- Monitorar os *status* das comunicações no BR-Brasil e reduzir o tempo de resposta às ocorrências;
- Viabilizar a criação de equipes táticas nas Delegacias e o fortalecimento dos Núcleos de Operações Especiais;
- Integrar as ações de combate ao crime com as atividades de inteligência;
- Promover a integração com outros órgãos de segurança pública e de fiscalização;
- Implementar ações para prevenir e combater a corrupção na PRF;
- Intensificar as ações multidisciplinares envolvendo todas as áreas das Regionais;
- Implementar ações de monitoramento com a utilização de novas tecnologias (câmeras, OCR, etc.);
- Implementar os convênios com Estados e Municípios, através do SAMU, para o atendimento qualificado das vítimas de acidentes de trânsito;
- Realizar pesquisas de satisfação dos usuários, periodicamente, utilizando as fichas de fiscalização, verificando aspectos relativos à urbanidade, apresentação individual, clareza e firmeza na orientação e autuação;
- Estimular ações de educação para o trânsito nas escolas, empresas, sindicatos, associações, entre outros, por meio de palestras, oficinas e cursos.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL
ESTADO DO MARANHÃO

2.3. PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UNIDADE

2.3.1. EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO

QUADRO A.2.1.1. DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO 0663

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0663		Denominação: Segurança Pública nas Rodovias Federais				
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Aumentar a segurança pública nas rodovias federais, mediante a repressão de ações delituosas e a redução dos acidentes de trânsito.						
Objetivos Específicos: Monitoramento, controle e fiscalização eletrônica da malha rodoviária federal; Capacitação dos servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal; Ações de caráter sigiloso na área de segurança pública; Policiamento ostensivo nas rodovias e estradas federais; Serviço de inteligência da Polícia Rodoviária Federal; Atividades de saúde nas rodovias federais; Publicidade de utilidade pública; Processamento e arrecadação de multas aplicadas pela PRF; Educação de trânsito para usuários das rodovias federais.						
Gerente: Hélio Cardoso Derenne				Responsável: Alvarez de Souza Simões		
Público Alvo: Usuários das rodovias e estradas federais e pessoas que residem às margens das rodovias federais						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
326.344.554	701.823.554	581.417.088	377.501.444	193.958.995	344.439.284	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Taxa de mortalidade	31/12/2010	4,811	4,811	4,811	4,329
Fórmula de Cálculo do Índice						
Número de mortes por 1 milhão de veículos da frota nacional: (número de mortes/frota nacional) x 1.000.000						
Análise do Resultado Alcançado						
Resultado satisfatório com meta atingida com índice de 111,12%.						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	Taxa de variação de acidentes	31/12/2010	39,28	39,28	39,28	39,04
Fórmula de Cálculo do Índice						
Número de acidentes por 1 milhão de veículos da frota nacional: (número de acidentes/frota nacional) x 1.000.000						
Análise do Resultado Alcançado						
Resultado satisfatório com meta atingida com índice de 100,61%						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
3	Sensação de segurança	31/12/2010	Não aferido	Não aferido	76%	Não aferido
Fórmula de Cálculo do Índice						
Não há. Índice obtido através de pesquisa junto aos usuários das rodovias						
Análise do Resultado Alcançado						
Resultado não apurado.						



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL
ESTADO DO MARANHÃO

QUADRO A.2.1.2. DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO 1386

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 1386		Denominação: Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal				
Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais						
Objetivo Geral: Prover a Polícia Rodoviária Federal de estrutura física e seus meios finalísticos de potencial laborativo, a fim de possibilitar a execução das tarefas destinadas à segurança pública.						
Objetivos Específicos: Reforma de bases operacionais e unidades da Polícia Rodoviária Federal; Construção e ampliação de bases operacionais e unidades; Manutenção e modernização dos sistemas de tecnologia da informação; Aquisição de veículos especiais e aeronaves para policiamento da malha rodoviária.						
Gerente: Hélio Cardoso Derenne				Responsável: Ricardo Max de Oliveira Pereira		
Público Alvo: Departamento de Polícia Rodoviária Federal e usuários das rodovias federais						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
76.257.323	83.472.406	64.136.055	37.507.132	76.257.323	36.490.574	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Coefficiente de adequação das instalações físicas	31/12/2010	76,6	76,67%	76,67%	54,57%
Fórmula de Cálculo do Índice						
(Unidades adequadas / Total de unidades) x 100						
Análise do Resultado Alcançado						
Resultado não satisfatório com meta não atingida com índice de 54,57%.						

QUADRO A.2.1.3. DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO 0750

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0750		Denominação: Apoio Administrativo				
Tipo do Programa: Apoio Administrativo						
Objetivo Geral: Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.						
Objetivos Específicos: Administração da unidade; Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes; Assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores e empregados; Auxílio-transporte aos servidores e empregados; Auxílio-alimentação aos servidores e empregados; Contribuição da União, de suas autarquias e fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais; Assistência médica aos servidores e empregados – exames periódicos.						
Gerente: Não existe				Responsável: Não existe		
Público Alvo: Governo						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
52.387.117.434	52.955.516.078	51.975.320.824	50.867.061.604	1.273.750.915	50.560.368.301	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Não existe	-	-	-	-	-



2.3.1.1. ANÁLISE CRÍTICA DA EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS

A unidade esteve com a responsabilidade de executar três programas abrangidos no Plano Plurianual 2008-2011: Segurança Pública nas Rodovias Federais, Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal e Apoio Administrativo.

O programa Segurança Pública nas Rodovias Federais se destaca como tradutor da razão de existência institucional, pois foi concebido para o alcance do objetivo de aumentar a segurança em sua área de atuação. A Instituição adotou uma postura de caráter preventivo, evidenciado pelo fator presença nos locais mais propícios a práticas criminosas, subsidiando o trabalho ostensivo a partir das ações de inteligência. No que se refere à atuação para reduzir índices de acidentes, ressalta-se o foco na fiscalização de trânsito e a intervenção nos trechos de maior densidade de tráfego, como forma de inibir comportamentos inadequados à segurança no trânsito.

É considerado o programa de maior importância, pois reflete todo o empenho da Instituição em garantir que o cidadão se sinta seguro quando utilizando as rodovias e estradas federais do país, tendo como indicadores de desempenho a “Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais”, a “Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais” e a “Sensação de Segurança nas Rodovias Federais”.

As ações estão relacionadas à segurança no trânsito e ao combate a todas as formas de atuação delituosa. Outro aspecto relevante a considerar no programa refere-se à assistência aos usuários das rodovias quanto ao atendimento a acidentes e nas mais diversificadas demandas, oriundas de problemas mecânicos em veículos, pelo desgaste de peças ou decorrentes de defeitos nas vias.

O programa foi executado continuamente, através das ações de policiamento rodoviário e de fiscalização de trânsito, planejadas mediante o Cartão-Programa, elaborado pelas Delegacias que contemplaram as rondas em unidades móveis, os comandos e as operações.

Ressalta-se que as ações do programa não alcançaram efetivamente a amplitude total da malha rodoviária sob a responsabilidade da 18ª Superintendência, tendo como principais óbices sua grande extensão em quilômetros e a reduzida quantidade de policiais, associadas ao número insuficiente de unidades operacionais fixas, representadas pelos postos de fiscalização.

Houve ações que não receberam recursos específicos, mas estiveram inseridas no cotidiano da realização das atividades finalísticas, destacando-se a intervenção em pontos críticos, relacionados aos locais de maior incidência de acidentes levantados pelas estatísticas de trânsito no Sistema BR BRASIL, controle de velocidade e monitoramento, controle e fiscalização eletrônica realizados com radares portáteis e fotográficos nos pontos de maior incidência de acidentes; Atividades de Saúde nas Rodovias Federais representadas pelos Comandos de Saúde Preventivos; Julgamento de Recursos Administrativos de Multas de Trânsito.

O programa Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal viabiliza o desenvolvimento das atividades finalísticas, pois supre o órgão de instalações físicas adequadas e de logística material visando possibilitar a execução de tarefas operacionais destinadas à segurança pública, desenvolvimento de tecnologias relacionadas a sistemas de informações para o monitoramento e fiscalização do trânsito na malha rodoviária federal.

O programa Apoio Administrativo fomenta as atividades administrativo-burocráticas e responde pelas despesas relacionadas à assistência e auxílios aos servidores.

O maior óbice na execução dos programas esteve relacionado à deficiência de recursos humanos, pois foi evidente a falta de servidores para atender às demandas decorrentes da amplitude de atribuições institucionais. No plano administrativo-burocrático foi necessário manter o contrato com empresa especializada na disponibilização de pessoal para apoio administrativo, que supriu, em parte, as lacunas existentes, entretanto, não sendo capaz de atender plenamente às



necessidades, haja vista existirem tarefas específicas a serem executadas somente por servidores. Outro fator que contribuiu para a gestão das atividades-meio foi a manutenção do contrato com a empresa para adiministrar estágio remunerado. Importante ressaltar que algumas funções gratificadas não foram ocupadas, devido à falta de atrativo por não trazerem benefícios satisfatórios no plano pecuniário e, principalmente, pela carga de responsabilidade que importam aos servidores e ameaças de serem envolvidos em persecuções disciplinares por falhas em procedimentos.

No plano de execução das atividades fins, a deficiência de pessoal contribuiu para a falta de efetividade institucional e muitas ações deixaram de ser realizadas, assim como, muitos trechos de rodovias não foram contemplados com policiamento rodoviário e suas consequentes ações.

Outro fator de destaque na execução dos programas referiu-se à falta de autonomia orçamentária da Unidade e a descentralização insuficiente de recursos para custeio de despesas e investimentos, relativamente a diárias para possibilitar a mobilidade de servidores e atender às demandas institucionais relacionadas às suas amplas atribuições, à reforma e manutenção de unidades administrativas e operacionais, à aquisição de equipamentos e materias para poliamento rodoviário e fiscalização de trânsito, de mobília, de equipamentos de informática, de manutenção em sistemas e equipammentos de telecomunicações, enfim, nas mais diversificadas áreas de atuação institucional, devido, principalmente, ao orçamento anual aprovado ser insuficiente para o atendimento de todas as necessidades.

Para o Programa 0663 foram definidos como indicadores a “Sensação de Segurança”, a “Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais” e a “Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais”.

A Sensação de Segurança resulta da verificação do percentual de pessoas que se sentem seguras a partir do levantamento de determinada amostra, mediante pesquisa.

A Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais faz-se a partir da análise do número de acidentes ocorridos nas estradas federais localizadas no Estado do Maranhão no ano por 1.000.000 de veículos da frota nacional.

A Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais decorre da análise do número de mortes ocorridas em acidentes de trânsito nas rodovias federais localizadas no Estado do Maranhão no ano por 1.000.000 de veículos da frota nacional.

Verifica-se que a Unidade alcançou as metas estabelecidas para os indicadores “Taxa de Mortalidade” e “Taxa de Acidentes”, apesar das condições adversas que estiveram presentes durante o exercício, notadamente quanto à extensa malha viária e o reduzido número de servidores para o desempenho das funções, o que se infere que a estratégia concebida foi a mais acertada.

O indicador “Sensação de Segurança” deve ser obtido a partir de pesquisa realizada com usuários das rodovias, entretanto, no exercício em exame, não foi aferido, devido à falta de recursos orçamentários para a realização da pesquisa.

O desempenho das ações do Programa 1386 é avaliado pelo indicador Coeficiente de Adequação das Instalações Físicas, que mede a porcentagem relativa à estrutura física das unidades, à tecnologia da informação e à disponibilidade de viaturas adequadas.

Constata-se um desempenho inferior ao da meta estabelecida, ressaltando-se um índice baixo relativo à adequação à tecnologia da informação, decorrente da dificuldade de investimentos por indisponibilidade orçamentária.

Evidencia-se que as unidades operacionais necessitam de melhor adequação para proporcionar aos servidores condições para o desenvolvimento das atividades laborais e para atender satisfatoriamente ao público em geral, que diariamente necessita do apoio institucional. Os postos precisam ser dotados de instalações privativas para policiais de ambos os sexos e para receber portadores de necessidades especiais. Outra demanda refere-se à instalação de locais



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL
ESTADO DO MARANHÃO**

apropriados para guarda de veículos removidos, para assim a Instituição garantir que os bens sob sua custódia estejam protegidos e voltem intactos aos seus proprietários.

Essas deficiências serão sanadas a partir da execução dos projetos de reforma, ampliação e adequação das unidades operacionais, que estão prontos e aguardando recursos orçamentários. No início do exercício foram assinados contratos para a reforma e ampliação dos postos localizados nos municípios de São Luís, Caxias e Imperatriz, entretanto, a Administração rescindiu os aludidos por descumprimento de cláusulas, resultando na aplicação de multas compensatórias à empresa e novas contratações em regime de emergência para a conclusão das obras.

O Programa 0750 não contempla indicadores, entretanto, a execução da despesa, que atingiu o patamar acima de 90% referentes aos recursos descentralizados para a Administração da Unidade, infere que a Superintendência foi eficiente e atingiu as metas a partir do orçamento que lhe foi disponibilizado.

2.3.2. EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES DE GOVERNO REALIZADAS

QUADRO A.2.2. EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta para 2011
06	128	0663	2524	A	3	Servidor capacitado	Não definida	221	Não definida
06	181	0663	2723	A	4	Procedimento realizado	239.614	281.614	247.320
06	183	0663	2816	A	3	Operação realizada	Não definida	13	Não definida
06	181	0663	4290	A	3	Pessoa atendida	Não definida	202	Não definida
06	181	1453	8855	A	3	Unidade	Ação do MJ	06	Ação do MJ
06	452	0663	8692	A	3	Pessoa capacitada	Não definida	478	Não definida
06	181	0663	86A1	A	4	Multa processada	Não definida	Não aferida	Não definida
06	181	0663	2B11	A	4	Unidade	Não definida	Não aferida	Não definida
06	422	1453	8857	A	3	Unidade	Ação do MJ	Não aferida	Ação do MJ
06	181	1386	8698	P	3	% manutenção	Não definida	Não aferida	Não definida
06	181	1386	8623	P	3	Unidades	Não definida	00	Não definida
06	122	1386	ID49	P	4	% execução financeira	Não definida	Não aferida	Não definida
06	301	0750	2004	A	4	Unidade	Ñ def.	Ñ aferida	Ñ def.
06	365	0750	2010	A	3	Unidade	Não definida	Não aferida	Não definida
06	331	0750	2011	A	3	Unidade	Não definida	Não aferida	Não definida
06	306	0750	2012	A	3	Unidade	Não definida	Não aferida	Não definida
06	301	0750	20CW	A	4	Unidade	Ñ def.	Não aferida	Ñ def.
06	422	1453	20EV	A	3	Unidade	Ação do MJ	05	Ação do MJ



2.3.1.1. ANÁLISE CRÍTICA DA EXECUÇÃO DAS AÇÕES

As metas referentes às ações somente foram definidas para o Órgão Central, entretanto, é importante apresentar os resultados alcançados pela Unidade Jurisdicionada.

A Ação 2524 – Capacitação do Policial Rodoviário Federal continua sendo uma das principais ferramentas utilizadas para o alcance da eficiência institucional, através da disseminação de conhecimentos relativos às diversas áreas de atuação, com destaque para as ações de policiamento rodoviário. Nesse contexto, a Coordenação de Ensino, unidade da estrutura orgânica da Coordenação Geral de Recursos Humanos, continua a manter a competência para elaborar o planejamento macro institucional e mais uma vez foi a responsável pelas decisões acerca da implementação do planejamento concebido pela Unidade, visando ao treinamento e desenvolvimento de servidores, descentralizando recursos orçamentários para custeio de despesas com diárias, passagens aéreas e aquisição de materiais. No exercício, 221 servidores foram capacitados a partir dos seguintes cursos: SIAPE/SIAPECAD, Espargidor de Pimenta, Etilômetro, Investigação Correicional, Procedimentos Básicos de Inteligência, Procedimento Administrativo de Trânsito, Gestão da Informação Operacional, Progressão em Área de Caatinga, Levantamento de Local de Acidente, Técnicas Policiais de Combate ao Crime, Técnica de Orçamento, Finanças e Contabilidade, Curso de Atualização para Gestores, Formação de Instrutores e Ensino à Distância.

A Ação 2C78 – Acompanhamento Psicossocial dos Servidores da Polícia Rodoviária Federal foi desenvolvida a partir das diretrizes do PPROSSERV – Projeto Servidor Saudável, Escolha Racional e Viável, tendo sido desenvolvidas as atividades relacionadas ao Patrulha da Saúde, que consiste na avaliação do servidor conforme ficha de saúde, sendo atendidos 80 policiais, 10 servidores administrativos, 6 estagiários, 25 terceirizados, totalizando 121 atendimentos. Ressalta-se que a Unidade continua desprovida de Assistente Social e Psicólogo para desenvolver efetivamente a ação.

A Ação 2816 – Serviço de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal foi desenvolvida com o objetivo de direcionar e otimizar as atribuições que são inerentes ao Núcleo de Inteligência, que realizou as seguintes atividades: Levantamento de apreensão de explosivos, armas e munições no ano de 2009, no estado do Maranhão para atender à demanda da ABIN; Levantamento da presença de estrangeiros em território nacional com possível envolvimento em ilícitos no ano de 2009; Levantamento de ilícitos cometidos por indígenas na reserva Canabrava no município de Jenipapo dos Vieiras Estado do Maranhão; Mapeamento de acampamentos de Movimentos Sociais atuantes ao longo das Rodovias Federais no Estado do Maranhão; Levantamento das Condições Técnicas das Rodovias Federais no Estado do Maranhão; Levantamento e acompanhamento de Movimentos Sociais motivados pela construção da Hidroelétrica de Estreito no Maranhão; Levantamento de assaltos a veículos em geral ocorridos na reserva indígena no município de Jenipapo dos Vieiras; Levantamento de comercialização ilegal de combustíveis na BR 316, povoado de Buriti Corrente, município de Codó; Levantamento dos principais municípios dos estados da Amazônia Legal que apresentam problemas de desmatamentos; Mapeamento de pontos de venda de substâncias que alteram o estado físico e mental dos motoristas que circulam nas Rodovias Federais no Maranhão; Mapeamento de pontos com ocorrência de exploração sexual de crianças e adolescentes no município de São Luís; Identificação e localização de assaltantes de ônibus na BR 316 entre os municípios de Boa Vista do Gurupi e Maracaçumé; Apoio às ações da Seção de Policiamento e Fiscalização.

A Ação 4290 – Atividades de Saúde nas Rodovias Federais teve como principais representantes os Comandos de Saúde nas Rodovias, que resultaram no exame de 202 motoristas em 04 eventos.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL
ESTADO DO MARANHÃO

A Ação 4641 – Publicidade e Utilidade Pública foi responsável pelo abastecimento de notícias e avisos na INTRANET da Unidade Regional, agendamento de entrevistas, envio de *release* à Imprensa, divulgação das atividades operacionais e administrativas desenvolvidas e participação em campanhas educativas e comandos de saúde, resultando na elevação do nome da Instituição e no reconhecimento da sociedade. Também foram realizadas ações visando ao comprometimento social, conscientização do usuário da rodovia dos perigos do trânsito através de Campanhas.

A Ação 86A1 – Processamento, Remuneração dos Departamentos Estaduais de Trânsito e Arrecadação de Multas Aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal foi responsável pelo processamento de 28.622 autos de infrações.

A Ação 2B11 – Monitoramento, Controle e Fiscalização Eletrônica da Malha Rodoviária Federal foi prejudicada por problemas no aparelho medidor de velocidade, não havendo equipamento de fiscalização não metrológico na Unidade.

A Ação 4526 – Operações Especiais de Combate ao Crime nas Estradas e Rodovias Federais As Operações Especiais de Combate ao Crime, conforme terminologia, têm o objetivo de proteger as pessoas de ações delituosas, sendo realizadas 24 operações no exercício.

A Ação 8692 – Educação de Trânsito para Usuários das Rodovias Federais foi desenvolvida pela Comissão Regional de Educação para o Trânsito, alcançando 478 pessoas através de palestras com enfoque principal na direção defensiva. A Comissão elaborou o projeto do II FETRAN – Festival Temático Teatro para o Trânsito, no entanto, não foi possível sua realização devido à suspensão dos trabalhos de educação para o trânsito no período de junho a outubro, em cumprimento a determinação da Justiça Eleitoral.

A Ação 2723 – Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais se destacou como principal responsável pelo indicador institucional, tendo como principal medida “procedimento realizado”, sendo sendo realizados 281.614 procedimentos, equivalentes a 117,53% da meta anual estabelecida.

A Ação 8703 – Atividade Correicional iniciou-se exercício com uma carga de 248 processos, dentre os quais 136 em diligências preliminares, 45 em análise e 57 aguardando instauração. No exercício foram instaurados procedimentos disciplinares formais, dentre os quais, processos administrativos disciplinares, sindicâncias autônomas e procedimentos de precatórias, em auxílio a outras Unidades Regionais, sendo 34 concluídos. Foram recebidas 17 denúncias, que tiveram tratamento preliminar de investigação para julgamento de admissibilidade. A Corregedoria Regional realizou a ação a partir dos seguintes atos administrativos: Lotação de novos servidores na Corregedoria; Normatização das atividades internas, sendo criado um sistema de gerências administrativas, a saber: Gerência Cartorial (GECART), Gerência de Acompanhamento de Processo (GECAP), Gerência de Instrução Preliminar (GEIP) e Gerência de Ações Preventivas (GEAP); Mudança de local físico de funcionamento da Unidade; Criação de grupo de apoio correicional; Instituição de horário especial de trabalho; Utilização de *e-mail* corporativo para comunicações oficiais; Controle de ações de gerenciamento de serviço; Ações preventivas, com utilização da Instrução Preliminar; como procedimento prévio destinado à obtenção de informações indispensáveis ao juízo da autoridade instauradora, com fulcro no que estabelece os artigos 143 e seguintes da lei nº 8.112/90. Merece destaque nas ações preventivas perpetradas pela Unidade Regional, o Acompanhamento Gerencial de Serviço – AGS, que foi realizado pelas chefias das diversas unidades, no sentido de coibir irregularidades leves e levíssimas, antes do seu nascedouro, de forma preventiva, monitorando os pequenos desvios e fazendo gestão diretamente com o servidor, antes que o fato tome proporções de cunho disciplinar.

A Ação 8623 – Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal foi prejudicada devido à rescisão dos contratos para reforma a ampliação dos postos localizados nos municípios de São Luís, Caxias e Imperatriz, devido ao descumprimento de



cláusulas contratuais. As obras contemplariam a instalação das sedes da 1ª e da 4ª Delegacias. No final do exercício, através de dispensa de licitação por emergência, foram contratadas duas empresas para a continuidade e conclusão das obras.

A Ação 200C – Aquisição de Veículos Especiais e Aeronaves para Policiamento da Malha Rodoviária não recebeu recursos no exercício em análise, sendo os veículos adquiridos a partir do Programa 1453 – PRONASCI, através das ações: 8855 – Fortalecimento das Instituições de Segurança Pública e 20EV – Enfrentamento do Crack e Outras Drogas.

2.4. DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

2.4.1. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DAS DESPESAS

QUADRO A.2.3. IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Departamento de Polícia Rodoviária Federal	30107	200109

2.4.1.1. PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES

QUADRO A.2.4. PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES – Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes					
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO						
	PLOA						
	LOA						
CRÉDITOS	Suplementares						
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
Créditos Cancelados							
Outras Operações							
Total							

Fonte: Divisão de Planejamento e Controle Orçamentário

O quadro será preenchido pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal, na condição de Unidade Orçamentária – UO, código: 30107, código SIAFI da UGO: 200109, tendo em vista a Unidade Jurisdicionada não realizar programação de despesas, apenas recebendo recursos orçamentários através de descentralização.



2.4.1.2. PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS DE CAPITAL

QUADRO A.2.5. PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CAPITAL – Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital						
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2009	2010	2009	2010	2009	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO							
	PLOA							
	LOA							
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
Créditos Cancelados								
Outras Operações								
Total								

Fonte: Divisão de Planejamento e Controle Orçamentário

Os quadros acima e abaixo serão preenchidos pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal, na condição de Unidade Orçamentária – UO, código: 30107, código SIAFI da UGO: 200109, tendo em vista a Unidade Jurisdicionada não realizar programação de despesas, apenas recebendo recursos orçamentários através de descentralização.

2.4.1.3. QUADRO RESUMO DE PROGRAMAÇÃO DE DESPESA

QUADRO A.2.6. QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS – Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2009	2010	2009	2010	2009	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO							
	PLOA							
	LOA							
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
Créditos Cancelados								
Outras Operações								
Total								

Fonte: Divisão de Planejamento e Controle Orçamentário



2.4.1.4. MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

QUADRO A.2.7. MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA – Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	200109	-	-	-	1.156,13
	Recebidos	200109	-	30.749,40	-	3.369.893,10
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	2001109	-	175.949,30	-	-
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-

Fonte: Divisão de Planejamento e Controle Orçamentário

As informações do quadro acima serão analisadas pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal, na condição de Unidade Orçamentária – UO, código: 30107, código SIAFI da UGO: 200109, tendo em vista a Unidade Jurisdicionada não realizar programação de despesas, apenas recebendo recursos orçamentários através de descentralização.

2.4.2. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DAS DESPESAS

2.4.2.1. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

Não se aplica à Unidade Jurisdicionada, tendo em vista a aludida não oroginar créditos.



2.4.2.2. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE CRÉDITOS RECEBIDOS PELA UJ POR MOVIMENTAÇÃO

QUADRO A.2.11. DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO - Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Licitação				
Convite	11.645,67	0,00	11.645,67	0,00
Tomada de Preços	1.282.437,66	0,00	166.368,33	0,00
Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
Pregão	2.588.626,28	3.792.166,00	1.983.212,77	2.045.479,15
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratações Diretas				
Dispensa	436.461,40	1.620.892,80	357.597,19	378.129,17
Inexigibilidade	49.602,26	65.105,37	38.727,83	39.595,75
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	31.095,24	30.749,40	31.095,24	30.749,40
Diárias	375.434,23	450.406,39	364.498,95	422.299,23
Outras	33.373,99	9.832,00	31.848,76	8.251,36

Fonte: Núcleo de Orçamento e Finanças

QUADRO A.2.12. DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO – Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal								
1º elemento de despesa	31.095,24	30.749,40	31.095,24	30.749,40	0,00	0,00	31.095,24	30.749,40
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos								
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos								
3- Outras Despesas Correntes								
1º elemento de despesa	2.372.233,17	1.061.386,03	2.372.233,17	1.061.386,03	1.364.471,65	4.174,47	1.007.761,25	1.057.211,56
2º elemento de despesa	829.775,52	972.040,70	829.775,52	972.040,70	39.528,39	213.329,32	790.247,13	759.711,38
3º elemento de despesa	810.358,48	707.036,74	810.358,48	707.036,74	155.796,01	172.439,14	654.562,47	534.597,60
Demais elementos	506.960,02	617.812,84	506.960,02	617.812,84	30.336,64	64.708,22	476.623,38	550.214,35

Fonte: Núcleo de Orçamento e Finanças



QUADRO A.2.13. DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO – Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 - Investimentos								
1º elemento de despesa	258.263,30	1.580.126,25	258.263,30	2.580.126,25	233.513,30	2.548.217,45	24.750,00	31.908,80
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
5 - Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 - Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: Núcleo de Orçamento e Finanças

As informações dos quadros acima serão analisadas pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal, na condição de Unidade Orçamentária – UO, código: 30107, código SIAFI da UGO: 200109, tendo em vista a Unidade Jurisdicionada não realizar programação de despesas, apenas recebendo recursos orçamentários através de descentralização.

2.4.3. INDICADORES INSTITUCIONAIS

Além dos indicadores de desempenho estabelecidos para os programas do Plano Plurianual, a Instituição introduziu o indicador “Procedimentos de Fiscalização”, relativos à fiscalização de veículos, fiscalização de pessoas e realização de testes de alcoolemia, através da Portaria nº 30/DG/DPRF/MJ, de 30 de junho de 2009, com vigência a partir de 01 de julho de 2009, sendo atribuída à Unidade, no exercício de 2010, a meta de 239.614 procedimentos, sendo realizados 281.614, equivalentes ao índice de 117,53%, ultrapassando a meta estabelecida.

Os procedimentos de fiscalização têm o objetivo de resgatar a identidade institucional, pois aproxima o Policial Rodoviário Federal da sociedade para assim prestar um serviço de qualidade, na orientação, no atendimento e no auxílio às pessoas, decorrentes dos diversificados problemas que se apresentam nas rodovias, portanto, servem para que a Instituição seja visível aos usuários das rodovias, com profundos reflexos na percepção de segurança.



3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

Não se aplica à Unidade Jurisdicionada.

4. MOVIMENTAÇÃO E SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

QUADRO A.4.1. SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES – Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	244,39	0,00	244,35	0,04
2008	4.250,51	0,00	4.250,47	0,04
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	1.823.401,64	219.996,20	536.584,90	1.201.343,22
2008	1.027.262,32	100.398,62	800.846,47	57.224,66
Observações:				

Fonte: Núcleo de Orçamento e Finanças

Por uma falha de procedimento, a Unidade Orçamentária e Financeira deixou de efetuar baixa nos valores relativos a restos a pagar remanescentes de 2008, situação que está sendo regularizada. Quanto a 2009, os valores se referem aos contratos para realização de obras, que ainda estão sob análise, tendo em vista existir parcela a ser paga à empresa que será destinada ao pagamento de multas por rescisões contratuais.



5. COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

5.1. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS

QUADRO A.5.1. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo				
1.1 Membros de poder e agentes políticos				
1.2 Servidores de Carreira				
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	282	258		3
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório				
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas				
1.3 Servidores com Contratos Temporários				
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença				
1.4.1 Cedidos				
1.4.2 Removidos	3	3		
1.4.3 Licença remunerada	3	3		
1.4.4 Licença não remunerada				
2 Provimento de cargo em comissão				
2.1 Cargos Natureza Especial				
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior				
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	1	1		
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado				
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas				
2.2.4 Sem vínculo				
2.2.5 Aposentado				
2.3 Funções gratificadas				
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	28	28		
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado				
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas				
3 Total	317	293	0	3

Fonte: Cadastro SIAPE



QUADRO A.5.2. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provedimento de cargo efetivo					
1.1. Membros de poder e agentes políticos					
1.2. Servidores de Carreira	22	85	69	61	21
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença					
2. Provedimento de cargo em comissão					
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior			1		
2.3. Funções gratificadas		10	11	5	2

Fonte: Cadastro SIAPE

QUADRO A.5.3. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provedimento de cargo efetivo									
1.1. Membros de poder e agentes políticos									
1.2. Servidores de Carreira			3	1	154	100			
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença									
2. Provedimento de cargo em comissão									
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior						1			
2.3. Funções gratificadas									

Fonte: Cadastro SIAPE

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.



5.2. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS

QUADRO A.5.4. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantitativo de Servidores	Aposentadorias em 2010
1 Integral		
1.1 Voluntária	94	5
1.2 Compulsório	1	
1.3 Invalidez Permanente	7	
1.4 Outras		
2 Proporcional		
2.1 Voluntária	1	
2.2 Compulsório	1	
2.3 Invalidez Permanente	1	
2.4 Outras		

Fonte: Cadastro SIAPE

QUADRO A.5.5. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

Regime de proventos originário do servidor	Quantitativo de Beneficiários	Pensões concedidas em 2010
1. Integral	69	13
2. Proporcional	5	-

Fonte: Cadastro SIAPE

5.3. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

QUADRO A.5.6. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível superior					
• Área Fim					
• Área Meio	12	11	15	10	20.829,00
Nível Médio					
• Área Fim					
• Área Meio	72	72	64	42	84.559,51

Fonte: Cadastro NUCAP/18ºSRPRF



5.4. CUSTOS ASSOCIADOS À MANUTENÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

QUADRO A.5.7. QUADRO DE CUSTOS DE RECURSOS HUMANOS NOS EXERCÍCIOS DE 2008, 2009 E 2010 – Valores em R\$ 1,00

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	
Membros de poder e agentes políticos								
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2008	22.016.738,71	20.263,84	3.228.772,05	794.138,76	526.756,63	366.104,40	1.896.682,05	28.849.456,44
2009	24.591.933,15	15.860,98	3.343.448,65	864.578,25	484.191,32	539.825,19	1.665.358,35	31.505.195,89
2010	24.600.464,45	5.324,48	3.135.624,82	744.900,13	8.440,24	854.670,17	1.392.908,87	30.742.333,16
Servidores com Contratos Temporários								
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença								
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior								
2008	86.319,84	27.833,48	10.817,91	3.027,89	-	-	1.512,00	129.511,12
2009	106.551,67	29.102,76	-	3.861,68	-	-	1.512,00	141.028,11
2010	121.583,07	29.102,76	12.969,37	8.543,87	-	453,00	3.648,00	176.300,07
Servidores ocupantes de Funções gratificadas								
2008	1.995.227,73	87.442,36	212.655,18	62.663,20	4.849,92	3.541,87	110.998,23	2.477.378,49
2009	2.386.972,63	92.148,31	217.846,59	141.181,30	2.694,96	50.525,60	127.690,59	3.019.059,98
2010	2.785.612,80	95.690,28	246.893,96	91.933,82	3.131,98	71.525,30	191.971,14	3.486.759,28

Fonte: Cadastro SIAPE



5.5. LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA MEDIANTE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

QUADRO A.5.8. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome: 18ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal													
UG/Gestão: 200.124							CNPJ: 00.394.494/0001-28						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	-	04313381/0001-10	2010	2011	27	27	-	-	-	-	P
2010	V	O	-	06019070/0001-78	2011	2012	-	-	28	28	-	-	P
Observação: Não existe no quadro funcional ativo os cargos a que se referem os contratos consignados na presente informação, pois a lei que instituiu o Plano de Carreira dos Servidores Técnicos e Administrativos da Instituição não estabeleceu cargos para esse tipo de atividade. Registre-se que, passados mais de cinco anos de estabelecimento do plano, a Instituição não conseguiu aprovação para realizar concursos para provimento das vagas.													
LEGENDA Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte: Seção Administrativa e Financeira

QUADRO A.5.9. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante													
Nome: 18ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal													
UG/Gestão: 200.124							CNPJ: 00.394.494/0001-28						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	1	O	-	11794559/0001-57	2010	2011	-		17	17	-	-	P
Observação: Não existe no quadro funcional ativo os cargos a que se referem os contratos consignados na presente informação, pois a lei que instituiu o Plano de Carreira dos Servidores Técnicos e Administrativos da Instituição não estabeleceu cargos para esse tipo de atividade. Registre-se que, passados mais de cinco anos de estabelecimento do plano, a Instituição não conseguiu aprovação para realizar concursos para provimento das vagas.													



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL
ESTADO DO MARANHÃO

LEGENDA

Área:

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis
3. Serviços de Copa e Cozinha;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
5. Serviços de Brigada de Incêndio;
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;
7. Outras.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Seção Administrativa e Financeira

QUADRO A.5.10. DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL CONTRATADO MEDIANTE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
-	1	17	Sedes da Superintendência e das Delegacias
-	7	27	Sedes da Superintendência e das Delegacias e Postos
-	8	28	Sedes da Superintendência e das Delegacias

LEGENDA

Área:

- | | |
|--|---|
| 1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional; | 5. Serviços de Brigada de Incêndio; |
| 2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis; | 6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes; |
| 3. Serviços de Copa e Cozinha; | 7. Higiene e Limpeza; |
| 4. Manutenção e conservação de Bens Móveis; | 8. Vigilância Ostensiva; |
| | 9. Outras. |

Fonte: Seção de Recursos Humanos

5.6. INDICADORES GERENCIAIS DE RECURSOS HUMANOS

Não se aplica à Unidade Jurisdicionada. Não houve indicadores desenvolvidos para a área de pessoal.

6. TRANSFERÊNCIAS MEDIANTE CONVÊNIOS E CONGÊNERES

Não se aplica à Unidade Jurisdicionada.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL
ESTADO DO MARANHÃO

7. DECLARAÇÃO QUE CONTRATOS E CONGÊNERES ESTÃO
DISPONÍVEIS E ATUALIZADOS



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
18ª Superintendência Regional

DECLARAÇÃO DO CHEFE DA SEÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA	
Denominação completa da Unidade Jurisdicionada-UJ	Código da Unidade Gestora-UG
18ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal	200124
<p>Declaro, estando ciente das responsabilidades civis e profissionais, que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.</p>	
Local	São Luís/MA
Data	22 de março de 2011
Chefe-Substituto da Seção Administrativa e Financeira	Antenor Viégas Mendonça
Matrícula SIAPE	7544316

Assinatura

Antenor Viégas Mendonça
Chefe da SAF/18ª SRPRF/MA
Substituto



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL
ESTADO DO MARANHÃO

8. CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGA DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDA



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
18ª Superintendência Regional

DECLARAÇÃO DO CHEFE DA SEÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	
Denominação completa da Unidade Jurisdicionada-UJ	Código da Unidade Gestora-UG
18ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal	200124
<p>Declaro, estando ciente das responsabilidades civis e profissionais, que a Seção de Recursos Humanos cumpriu as obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.</p>	
Local	São Luís/MA
Data	22 de março de 2011
Chefe da Seção de Recursos Humanos	Eduardo José Mendonça Lima
Matrícula SIAPE	1073684

Eduardo José Mendonça Lima
Chefe da Seção de Recursos Humanos
Assinatura



9. FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

QUADRO A.9.1. ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.	x				
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.	x				
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				x	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					x
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					x
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				x	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					x
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					x
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.	x				
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					x
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		x			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		x			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		x			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		x			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		x			
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	x				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.	x				
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.	x				
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.	x				
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.	x				
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.	x				
Informação e Comunicação					
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					x
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				x	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				x	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				x	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				x	



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL
ESTADO DO MARANHÃO

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Monitoramento					
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.	x				
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.	x				
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.	x				
Considerações gerais: Foram envolvidas as áreas que assessoram diretamente a Superintendência, representadas pela Seção de Recursos Humanos, Seção de Policiamento e Fiscalização, Seção Administrativa e Financeira, Corregedoria Regional, Núcleo de Apoio Técnico, Núcleo de Comunicação e Núcleo de Inteligência, sendo realizada sessão para discutir, avaliar e caracterizar os aspectos de controle interno.					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

10. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

QUADRO A.10.1. GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. • Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	x				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			x		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).			x		
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. • Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	x				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). • Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?	x				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). • Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? Papel reciclado.			x		



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL
ESTADO DO MARANHÃO

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. • Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? Não há como afirmar, pois a licitação foi realizada na Unidade Central.			x		
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). • Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	x				
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					x
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.	x				
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.	x				
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? Comunicações em reuniões.				x	
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	x				
Considerações Gerais: Respondido pelo gestor a partir das informações gerenciais. Esclarece-se que a maioria das licitações para aquisição de bens foram realizadas pela Unidade Central e pelas Unidades Centralizadoras de Compras, definidas pela Unidade Central Administrativa e Financeira em planejamento anual. As Unidades Regionais, nesses casos, aderiram a registros de preços.					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					



11. GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

QUADRO A.11.1. DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	MARANHÃO	15	15
	São Luís	02	02
	Itapecuru-Mirim	01	01
	Vargem Grande	01	01
	Santa Inês	02	02
	Bacabal	01	01
	Nova Olinda	01	01
	Caxias	02	02
	Peritoró	01	01
	Imperatriz	01	01
	Açailândia	01	01
	Porto Franco	01	01
Barão de Grajaú	01	01	
Total Brasil		15	15

Fonte: Núcleo de Patrimônio e Material

Nota: Não existem imóveis de propriedade da União sob a responsabilidade da UJ em outros estados e no exterior.

QUADRO A.11.2. DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	MARANHÃO	02	02
	Imperatriz	01	01
	Balsas	01	01
Total Brasil		02	02

Fonte: Núcleo de Patrimônio e Material

Nota: Não existem imóveis locados de terceiros pela UJ em outros estados e no exterior.



QUADRO A.11.3. DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ

UG	RIP	Regime	E. C	Valor do Imóvel – R\$			Despesa com Manutenção no exercício		
				Valor Histórico	Data da Avaliação	V. R	Imóvel	Instalações	
200124	0921.00639.500-7	11	6	902.000,00	10/12/2001	-	0,00	0,00	
200124	0921.00630.500-8	21	5	297.267,36	01/08/2000	-	378.388,28	0,00	
200124	0901.00002.500-9	21	4	75.012,02	27/04/2001	-	0,00	0,00	
200124	0947.00003.500-2	21	4	52.476,26	01/08/2000	-	14.982,97	0,00	
200124	0957.00014.500-0	21	6	81.941,48	27/04/2001	-	7.823,38	0,00	
200124	0723.00015.500-8	21	6	66.766,70	27/04/2001	-	0,00	0,00	
200124	0957.00015.500-5	21	6	71.051,72	27/04/2001	-	0,00	0,00	
200124	0757.00024.500-1	21	5	66.817,92	27/04/2001	-	282.276,73	0,00	
200124	0210.00001.500-8	21	5	9.916,16	27/04/2001	-	0,00	0,00	
200124	0803.00039.500-0	21	5	75.895,71	27/04/2001	-	498.884,69	0,00	
200124	0961.00026.500-3	21	7	32.012,10	31/12/2000	-	0,00	0,00	
200124	0877.00003.500-8	21	6	78.773,99	27/04/2001	-	0,00	0,00	
200124	0729.00007.500-3	21	7	100.339,44	10/12/2001	-	0,00	0,00	
200124	0957.00028.500-6	21	5	600.000,00	12/04/2010	-	0,00	0,00	
200124	0757.00039.500-3	21	4	87.918,39	10/12/2001	-	0,00	0,00	
Total								1.182.356,15	0,00

Fonte: Núcleo de Patrimônio e Material

LEGENDA:

EC: Estado de Conservação

VR: Valor Reavaliado



12. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

QUADRO A.12.1. GESTÃO DE TI DA UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					x
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.					x
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.					x
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	02				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	x				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.	x				
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.					x
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.					x
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.	x				
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.				x	
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.			x		
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	0%				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.					x
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.					x
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?					x
Considerações Gerais: Os quesitos foram respondidos a partir de subsídios apresentados pelo Chefe do Núcleo de Telemática. Importante destacar que o planejamento, o desenvolvimento, a produção de sistemas, a contratação de bens e a segurança em tecnologia da informação são gerenciados pela Coordenação Geral de Planejamento e Modernização, unidade que integra a estrutura orgânica do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.					
LEGENDA					
Níveis de avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					



13. UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTOS DO GOVERNO FEDERAL

Não se aplica à Unidade Jurisdicionada. Não houve utilização no exercício.

14. RENÚNCIA TRIBUTÁRIA

Não se aplica à Unidade Jurisdicionada.

15. ATENDIMENTO DE DELIBERAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Não se aplica à Unidade Jurisdicionada. Não houve deliberações no exercício.

16. TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

Não se aplica à Unidade Jurisdicionada. Não houve recomendações no exercício.

17. INFORMAÇÕES RELEVANTES – CONCLUSÃO

Apesar das grandes dificuldades enfrentadas pela Unidade, notadamente, as de caráter estrutural, relativas a uma formatação orgânica deficiente frente aos desafios e às atribuições institucionais, destacando-se o número reduzido de servidores, a falta de autonomia orçamentária e a grande necessidade de logística material não atendida, associadas às dificuldades imateriais, representadas pelas correntes filosóficas e ideológicas que permearam o ambiente laboral, introduzidas, principalmente, por segmentos de representações classistas que direcionaram a categoria para caminhos contrários à diretriz do órgão, considera-se que a Unidade realizou uma gestão voltada para os objetivos precípuos da Instituição, quais sejam, os de fazer com que as pessoas se sintam seguras ao transitarem nas rodovias federais localizadas no Estado do Maranhão.

Quanto a esse aspecto, destaca-se o cumprimento das metas do Programa Segurança Pública nas Rodovias Federais, ressaltando-se que as dificuldades não se constituíram em óbices para que a Instituição contribuísse para o alcance dos aludidos objetivos, prevalecendo o bom senso, a força de vontade e a retidão, representada pelos princípios que regem a Administração Pública Federal.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL
ESTADO DO MARANHÃO

B – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

1. DECLARAÇÃO DO CONTADOR



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA EXECUTIVA
DIRETORIA DE PROGRAMA
COORDENAÇÃO-GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE

DECLARAÇÃO DO CONTADOR DECLARAÇÃO COM RESSALVA			
Denominação completa (UJ): 18ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL/MA		Código da UG: 200124	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI, dentre as quais, as seguintes:</p> <p>a) Falta de registro da depreciação dos bens móveis adquiridos no exercício de 2010, em desacordo com a Macrofunção Siafi: 02.30.30 – Reavaliações, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Adm. Direta da União, Autarquias e Fundações; e</p> <p>b) Saldos contábeis dos bens no SIAFI não conferem com o RMA e RMB.</p> <p>Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal; • O acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade do Ministério da Justiça, via SIAFI; e • A análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI. <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília-DF	Data	09 de março de 2011
Contador Responsável	José Carlos Gomes	CRC nº	DF 9.261/O-7

José Carlos Gomes
CONTADOR GERAL
Coordenador

Endereço: Esplanada dos Ministérios – Bloco T – Anexo II – Salas 527 e 529 - Brasília - DF – CEP 70.064-900
Telefone: (0xx61) 2025-9163 - Fax: (0xx61) 2025-9316